

**CARTA DE CAMPINAS**  
**VI Encontro Nacional do FORCULT | Unicamp | 21 a 24 de novembro de 2022**

Esta carta é escrita em meio a uma efusiva expectativa de restabelecimento dos diálogos propositivos entre as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), setor cultural e o Governo Federal. Depois de seis anos de desmonte das instituições e das políticas culturais e sistemáticos ataques ao ensino superior - sucessivos contingenciamentos orçamentário-financeiros, realizados até mesmo no apagar das luzes de 2022, e discursos que buscavam criminalizar as universidades - temos a perspectiva de retomada dos debates civilizatórios.

Criado em 2017, o FORCULT - Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras - nasceu em um estado de golpe, que se aprofundou em um governo de caráter autoritário. Por este motivo, todos os encontros - nacionais e regionais - realizados, foram permeados pelo sentimento de resistência política e pela busca de avanços - “apesar de você”, como diria Chico Buarque. Muitos progressos são visíveis, com destaque ao crescimento, ano a ano, da quantidade de instituições participantes e ativas nos encontros e nas atividades do Fórum; mas foi no VI Encontro Nacional do FORCULT que a expectativa da construção “juntos” soou como grande potência de nosso evento.

É simbólico, neste momento, voltarmos a ter um Ministério da Cultura, bem como outras instituições culturais fortalecidas. Além de restabelecer um diálogo fundamental para orientar nossas políticas culturais e institucionais, o retorno do MinC devolve à cultura sua posição como pilar social imprescindível para um país em reconstrução. As Instituições Públicas de Ensino Superior reconhecem seu papel fundamental nesse processo e se comprometem, diuturnamente, a contribuir para a difusão e exercício dos direitos culturais e para sua efetividade. O direito à cultura é uma garantia constitucional, que deve se desdobrar nas políticas culturais federais, estaduais e municipais e estar presente nas políticas e nos planos de cultura e de desenvolvimento institucional das IPES brasileiras.

Estamos nos preparando para uma nova fase, em que as IPES possam avançar ainda mais em seu papel como instituições científicas e culturais, reconhecendo a relevância da cultura em seu projeto acadêmico e a transversalidade da cultura em todos os campos de conhecimento, nas esferas de gestão, nas políticas de interação com os sistemas de cultura local e nacional, assim como com nos territórios e comunidades nos quais atuamos.

A nova governança federal da área da cultura deverá praticar uma abordagem contemporânea e emancipatória, que inclua a cultura como campo estratégico nas políticas públicas e nas instituições sociais. Por isso, é imprescindível que as IPES sejam consideradas como agentes centrais na reconstrução das políticas culturais, uma vez que dedicaram a última década a uma forte mobilização pela implementação de suas políticas culturais, aos trabalhos em rede, ao compartilhamento de experiências institucionais distintas e à articulação de programas, projetos e ações conjuntas. A criação do FORCULT, em 2017, capilarizado em suas cinco regionais, constitui-se em um ponto chave desse percurso, institucionalizando esse movimento e suas ações.

Reafirmando o papel central e estratégico da cultura nas Instituições Públicas de Ensino Superior, as pessoas que compuseram o VI Encontro Nacional do FORCULT, em novembro de 2022, indicaram uma agenda propositiva para contribuir no combate ao adoecimento sistêmico enfrentado nos últimos anos.

Em sua fala em Campinas, Boaventura de Sousa Santos nos convoca a pensar o que podemos fazer pelos problemas do mundo - cientes de que somos, as universidades, também a origem de muitos desses problemas. É a materialização do dilema de Gramsci: um velho mundo que está morrendo e um novo mundo que tarda a nascer; concomitante ao surgimento dos monstros. Se buscamos responder às demandas por um projeto alternativo de futuro, nos caberá, obrigatoriamente, dizimar nossos velhos padrões de governança e nos inscrevermos em um mundo novo e em uma outra concepção de universidade: vinculada à ciência, aos saberes populares e ancestrais e às celebrações de nossos ritos. Uma universidade que superará a metáfora do tripé e adotará a transversalidade como mote, que promoverá a crítica à existência do *locus único do conhecimento* e promoverá a *ecologia do conhecimento*, em que os saberes e as sabedorias de todos os campos se enriquecem mutuamente.

Como dito na mesa de apresentação deste sexto encontro, nossas ações e nossos currículos devem ter a carga política da intencionalidade, se quisermos superar os atrasos e as desigualdades, considerando as consequências a todas as formas de vida que ocupam este planeta. Neste sentido, são seis os pontos que sintetizam essa intencionalidade, expostos a seguir.

PONTO 1 - Entendemos ser fundamental a articulação entre Ministério da Cultura, Ministério da Educação, IPES e as redes de agentes culturais universitários para a criação de uma Política de Gestão Cultural Universitária de abrangência nacional, que inclua os Institutos Federais e as Universidades públicas estaduais e municipais, e que alinhe os objetivos de uma gestão cultural baseada no papel transversal da cultura em todos os aspectos da vida universitária, a partir de uma visão ampliada da cultura.

PONTO 2 - Apoiamos a reconstrução de um Ministério da Cultura com uma arquitetura institucional que fortaleça todas as dimensões da cultura, em todos os níveis governamentais (municípios, estados e entes federais); que tenha capacidade administrativa e orçamentária para proposição e execução de políticas públicas que destacam a centralidade da cultura como estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, como nos aponta Stuart Hall; e que restabeleça o diálogo e a intersecção com o Ministério da Educação e com as IPES.

PONTO 3 - Manifestamos nosso propósito de que as IPES sejam incluídas com agentes nas legislações da área da cultura, em editais e demais formas de acesso ao orçamento da cultura, e que sejam consideradas efetivamente como estruturas de proteção, pesquisa, execução e difusão das práticas artísticas e culturais, incluindo a construção, manutenção e atualização de nossos espaços culturais. Para isso, formalizaremos, junto aos nossos representantes governamentais, a necessidade deste compromisso.

PONTO 4 - Para cumprir seu papel como instituição cultural, de formação profissional e de instituição científica, as IPES reivindicam o fortalecimento dos setores de cultura em suas organizações institucionais e administrativas, assim como na destinação de recursos humanos e orçamentários. Dessa forma, as IPES poderão atuar junto às comunidades internas e externas, possibilitando a formação cidadã, promovendo a cultura em seu entorno social mais imediato (cidades e estado) e em contextos mais alargados (nacional e internacional).

PONTO 5 - Reivindicamos a inclusão efetiva da cultura em programas e projetos políticos estratégicos, nacionais e internacionais, em organismos multilaterais e nos planos educacionais nacionais, retomando a cultura como campo estratégico na contemporaneidade. Essa compreensão reafirmará o compromisso das IPES com as dimensões econômica, social, ambiental, política, educacional e cultural indispensáveis aos pactos civilizatórios.

PONTO 6 - Reivindicamos a recriação, com as devidas atualizações e correções, das políticas e programas culturais do governo federal interrompidos desde 2016. Destacamos o acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação para a implementação de uma política articulada e integrada entre as duas pastas. Entre os compromissos que estavam estabelecidos no acordo, destacam-se a ampliação da infraestrutura cultural nas instituições públicas de ensino; a presença da arte e da cultura nos currículos; as oportunidades de formação cultural para professoras e professores; as ações de reconhecimento dos saberes tradicionais; e da incorporação de atividades culturais na Educação Infantil. Reivindicamos também a retomada do *Programa Mais Cultura nas Universidades*, que visava o fortalecimento do Ensino Superior de graduação, pós-graduação e nos

cursos técnicos nas áreas de Cultura e Arte, com o devido estudo sobre a possibilidade de sua expansão para as IPES estaduais e municipais. O programa fomentou Planos de Cultura nas IPES federais, incrementando a circulação da pesquisa em cultura; a extensão universitária em cultura; a melhora de equipamentos culturais de Universidades e Institutos Federais e o estímulo à promoção de eventos, mostras, festivais, grupos, redes, ações e circuitos culturais.

Esses seis pontos sintetizam, mas não limitam, a enorme expectativa das IPES em retomar, com pleno apoio do poder público, a excelência e a democratização de suas atividades culturais, científicas, de ensino e pesquisa, de inovação e inclusão. Não cabem, nesta carta, todas as potências que pulsam no bojo de nossas IPES. Esses seis pontos indicam, apenas, a existência de um vastíssimo horizonte que poderá ser promovido com o retorno de uma liderança alinhada aos valores humanos e progressistas que foram ceifados nos últimos seis anos e com a recomposição das condições orçamentário-financeiras regulares de nossas instituições.

Assinam esta carta as pessoas presentes no VI Encontro Nacional do FORCULT, mas são também signatárias milhares de outras, constituintes de nossos corpos técnicos-administrativos, docentes, discentes e em situação de trabalho terceirizado-precarizado. Somos milhares dispostas a reconstruir, a reconduzir, a restabelecer, a reescrever, a capilarizar, sem jamais deixar de dançar, cantar, criar, atuar, filmar, pintar, vibrar, rir, emocionar e sorrir. Somos muitas nascidas, a nascer e também as ancestrais; estamos presentes aqui e em outras cosmo-comunidades. Somos muitas e seremos mais ainda.

Campinas, novembro de 2022.